



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Segepe

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL**

**DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO TRABALHO INFANTIL DE
NOSSA SENHORA DO SOCORRO – SE**

Nossa Senhora do Socorro
2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

PREFEITO

INALDO LUÍS DA SILVA

VICE-PREFEITO

ROBERTO WAGNER SANTOS DE CRUZ

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MARIA DO CARMO PAIVA DA SILVA

SECRETÁRIA ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AÍDA ALMEIDA SANTOS DE SANTANA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MARIA DE FÁTIMA LEITE GOIS

DIRETOR ADMINISTRATIVO

ELENILSON SANTOS LIMA

DIRETORA FINANCEIRA

JOSIMARY DOS SANTOS

FICHA TÉCNICA

MICHELLE MARRY COSTA CAMPOS

Assessora de Planejamento

LIDIANY DA SILVA CARVALHO

Técnica de Referência – Gestão do PETI

Equipe de elaboração

MARIA DE LOURDES BARROS AVELINO

Técnica Social – Assistente Social

WINE SILVA DE SANTANA SANTOS CASTOR

Técnica Social – Socióloga

1. DADOS GERAIS DO ÓRGÃO GESTOR

ÓRGÃO GESTOR

Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

CNPJ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

14.810.888/0001-32

NATUREZA JURÍDICA

Administração Pública Municipal

VINCULAÇÃO

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro

ENDEREÇO

Rua Nossa Senhora de Fátima nº 40 – SEDE. CEP 49160-000
(79) 2106-7430; (79) 2106-7431
gabinete.assistenciasocial@socorro.se.gov.br

UNIDADES GESTORAS

Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA

1. APRESENTAÇÃO

O presente diagnóstico socioterritorial do Trabalho Infantil de Nossa Senhora do Socorro, visa atender aspectos concernentes ao Eixo II das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, conforme dispõe o Caderno de Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI do Ministério do Desenvolvimento Social.

Considerando que o Trabalho Infantil constitui uma das formas de violação dos direitos de crianças e adolescente, a equipe de elaboração do presente diagnóstico optou por coletar dados dos equipamentos da rede socioassistencial do município, tais como os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, a Central do Cadastro Único do Município e os Conselhos Tutelares.

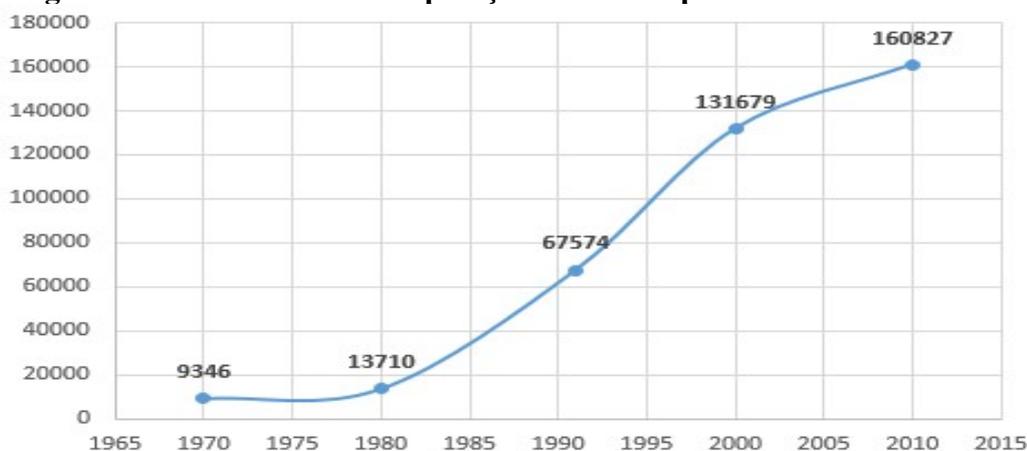
Solicitamos ainda informações nos órgãos gestores do município responsáveis pelas políticas de educação, de saúde, de cultura e de esporte, lazer, turismo e juventude, visto tais secretarias possuem representantes na Comissão Intersetorial do PETI.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO – SE

O município de Nossa Senhora do Socorro – SE, faz parte do território da Grande Aracaju, contando com uma população estimada de 181.928 pessoas, em 2017 e densidade demográfica de 1.025,87 hab/km², conforme dados do último censo realizado pelo IBGE. Nas últimas 04 décadas a população socorrense teve um crescimento significativamente, particularmente a partir de 1980 quando ocorreu a criação Distrito Industrial de Socorro, passando de 9.346 habitantes em 1970 para 160.827 em 2010. Frisa-se que o atual Plano Diretor de Nossa Senhora do Socorro (Lei 1118/2015) subdivide o município em Sede, Complexo Jardim e Complexo Taiçoca, sendo a distribuição populacional de 2%, 29% e 69%, respectivamente.

Cabe ressaltar que esse cenário de intensa urbanização e crescimento populacional, resultando também no aumento de situações violadoras de direitos, como o aumento do trabalho infantil.

Figura 1 – Crescimento da População no Município entre 1970 e 2010



Fonte: IBGE

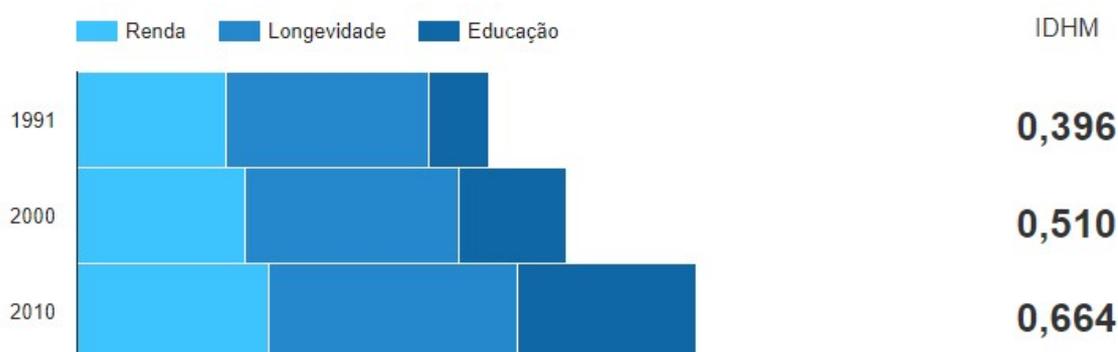
Quanto a estrutura etária cerca de 28% da população está entre 0 e 15 anos, com uma razão de dependência no município de 47,06% em relação à população potencialmente ativa. Sendo necessário pensar mecanismos para garantir os direitos dessa parcela específica da população, uma vez que a falta de alternativas pode ser um fator de risco para a exploração do trabalho infantil.

Figura 02 – Estrutura Etária de Nossa Senhora do Socorro

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	29.235	42,81	47.612	35,94	46.393	28,85
15 a 64 anos	37.891	55,49	82.062	61,94	109.363	68,00
População de 65 anos ou mais	1.159	1,70	2.815	2,12	5.071	3,15
Razão de dependência	80,21	-	61,45	-	47,06	-
Taxa de envelhecimento	1,70	-	2,12	-	3,15	-

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

De acordo com dados disponibilizados pelo IBGE, nas últimas 03 décadas o município de Nossa Senhora do Socorro apresenta um crescimento considerável também no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM. Ao compararmos o Raking do IDH dos municípios em Sergipe, Nossa Senhora do Socorro em 1991 ocupava o 10º lugar (0,396), estando abaixo de municípios como Aracaju(0,545), Cedro de São João (0,445), Propriá (0,423) e General Maynard (0,410). Em 2000 ocupava o 7º lugar(0,510) e em 2010 está abaixo apenas de Aracaju, com 0,664 e 0,770, respectivamente.

Figura 03 – IDH de Nossa Senhora do Socorro em 1991, 2000 e 2010

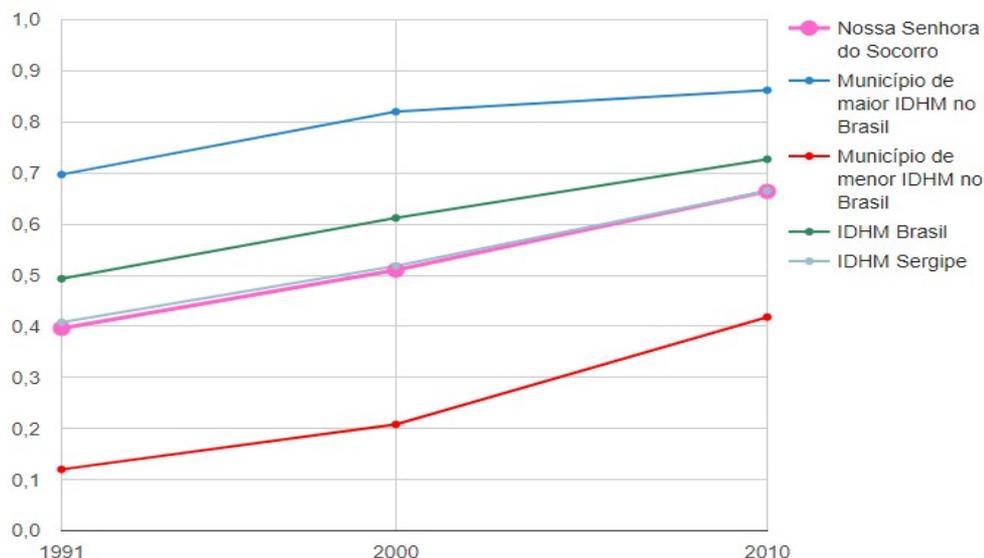
Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Esses dados são de extrema importância, uma vez que podemos observar, através da comparação, um crescente desenvolvimento econômico e de qualidade de vida oferecida à população socorrense de maneira geral, sendo que a dimensão com maior contribuição para a elevação desse índice foi o da Longevidade (0,811), da Renda (0,620) e da Educação (0,581). Ademais, podemos observar ainda que o IDH de Nossa Senhora do Socorro atualmente é muito semelhante ao IDH estadual (0,665).

Ao analisarmos a evolução desse indicador de 1991 a 2010, Nossa Senhora do Socorro ao passar de 0,396 para 0,664, ultrapassou até mesmo o crescimento estadual, que era

de 0,493 e foi para 0,727, ou seja, o município cresceu 67,68% e o Estado 47% nas últimas décadas.

Figura 04 – Comparação da Evolução do IDH de Nossa Senhora do Socorro



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Quanto à escolarização a proporção de crianças de 05 a 06 anos na escola foi de 89,31%, de 11 a 13 anos que estavam freqüentando os anos finais do ensino fundamental foi 83,00%, adolescentes até 17 anos com ensino fundamental completo foi 43,02%; e por fim jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo foi de 31,01%, dados referem-se à 2010. Ainda no quesito educação no município no ano de 2010 76,74% da população de 6 a 17 anos estavam cursando o ensino básico regular e 9,03% dos jovens de 18 a 24 anos estavam no ensino superior em 2010.

Segundo consta no site do Ministério da Educação – MEC, 48 escolas da rede municipal aderiram no ano de 2014 no Programa Mais Educação, sendo 02 estabelecimentos na área rural e 46 na urbana. Destas 16 são da administração estadual e 32 são municipais, com repasse ao município de R\$ 1.036.422,06, com R\$ 34.100,00 as escolas do âmbito rural e R\$ 1.002.322,06 as inseridas na área urbana.

Figura 05 – Volume de Recursos repassados do MEC – Programa Mais Educação



Fonte: Painel SIMEC

No item trabalho, foi estimado que 66,5% das pessoas com idade superior aos 18 anos encontravam-se ocupada em 2010, sendo a taxa de desocupação de 13,9%, e a de inatividade de 19,6%. Sendo que os setores de maior ocupação são: serviços (48,95%), comércio (20,04%), construção (11,77%), indústrias de transformação (8,24%), agropecuário (2,48%), de utilidade pública (1,02%) e indústria extrativa (0,73%), de acordo com o disponível no Atlas Brasil.

Referente à análise quanto a concentração de renda, o Índice Gini, demonstra que Nossa Senhora do Socorro diminuiu a disparidade entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos entre 1991 e 2010, oscilando de 0,5251 para 0,4980, respectivamente, conforme dados disponíveis no DATASUS.

Conforme dados disponibilizados no Atlas Brasil, a renda per capita média municipal cresceu aproximadamente 132,59% nas últimas décadas – de R\$ 163,37, em 1991, para R\$ 379,98, em 2010 –, aumentando em média 4,54% por ano. A situação de pobreza também foi modificada (renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00) passando de 64,17% (1991), para 21,41%(2010), esses dados são retratado no Índice Gini mencionado anteriormente.

Ou seja, embora o município tenha melhorado quanto a IDH nas últimas décadas, essa modificação não foi acompanhada de forma significativa quanto à alteração na concentração de renda por uma parcela da população.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. CENSO DEMOGRÁFICO IBGE, 2010

Os dados do IBGE referente ao último censo demográfico de 2010 (Amostra) informam que o município possui 27.027 de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, representando 46,9% de pessoas entre 10 e 17 anos. Desse número, 2.169 não estão frequentando a escola, quanto ao aspecto de cor ou raça 20.161 são pretos ou pardos. Relacionado ao sexo, estima-se que 13.724 são meninos e 13.303 são meninas.

Concernente ao tipo de atividade desenvolvida há incidência na Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (10,6%), Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (31,1%) e outros não especificados (37,7%). Ademais, a maioria das ocorrências é no ambiente urbano com 25.959, enquanto que no rural é equivalente à 1.068.

Entretanto, é importante frisar que o Instituto apresenta limitações quanto a sua definição e a faixa etária adotada (de 10 a 17 anos). Outros fatores limitadores são: considerar qualquer tipo de atividade exercida por esse público como trabalho infantil – desde que o indivíduo tenha se mantido ocupado pelo menos durante uma hora na semana de referência, inclusive a condição de Jovem Aprendiz–, sendo que os dados de referência são amostrais e não do universo, o que dificulta uma mensuração da realidade dessas ocorrências, aliado ao fator cronológico (coleta dos dados ocorreu há 08 anos). Destaca-se que esses aspectos limitadores são reconhecidos pelo próprio IBGE.

Mesmo com essas ressalvas quanto aos dados do IBGE, é importante considerar que os aspectos quanto cor/raça, gênero e locais de incidências do trabalho infantil são semelhantes a outras fontes de informações que não fazem esse recorte etário em suas pesquisas. Ou seja, o trabalho infantil é predominante entre crianças e adolescentes pretos ou pardos, mais frequente a identificação do sexo masculino e no ambiente urbano, logo demonstra em certa medida o racismo estrutural presente na sociedade, assim como a imposição de papéis de gênero.

3.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMAS

A SMAS realiza a gestão do PETI de acordo com as Resoluções do CNAS nº 08/2013 e nº 10/2014. Há uma equipe técnica de referência que coordena as ações desenvolvidas pelo PETI no âmbito municipal, que busca dar respostas de forma eficiente, eficaz e efetiva, as situações de trabalho infantil identificadas. Já foi elaborado um fluxograma de atendimento

dentro da rede socioassistencial que discorre sobre as providências a serem adotadas nestes casos – encaminhamentos, articulações, fluxos de informação e procedimentos, planejamento, acompanhamento e monitoramento.

Para implementar as ações estratégicas do PETI no município, foi composta uma Comissão Intersetorial contando com representantes da Secretarias de Assistência Social; Educação; Saúde; Cultura e Esporte, Lazer, Turismo e Juventude; além dos Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Referente ao desenvolvimento das ações estratégicas desenvolvidas pela SMAS para combater o trabalho infantil, podemos citar: realização de atividades socioeducativas com os usuários assistidos (rodas de conversas e oficinas); campanhas de sensibilização, prevenção e informação nas feiras livres do município pelas equipes de abordagem social; campanhas informativas; participação em ato público de equipes da rede socioassistencial e de usuários no Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil junto com o Ministério do Trabalho; parceria com segmento da política de educação para reuniões temáticas sobre o trabalho infantil com os pais de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família; participação no 4º Encontro Estadual do Programa Trabalho Infantil; realização de busca ativa no território; identificação e filtragem dos casos de trabalho infantil; elaboração do diagnóstico do trabalho infantil no município; acompanhamentos e encaminhamentos necessários, assim como intervenções junto às famílias das crianças e adolescentes identificadas; ampliação das vagas disponíveis no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; participação em audiências e realização de reuniões com os fiscais das feiras livres; por fim há ainda o monitoramento dos casos de trabalho infantil pelos equipamentos socioassistenciais, atualização dos sistemas, avaliação e acompanhamento da execução do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil.

Destaca-se ainda que as ações citadas são realizadas com a participação dos diversos equipamentos da política de assistência social do município e quando viável há articulação com as demais políticas setoriais.

3.2.1. CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS

O município de Nossa Senhora do Socorro dispõe de 02 CREAS, localizados no Parque dos Faróis e no Conjunto Marcos Freire I, Complexos Jardim e Taiçoca, respectivamente.

De acordo com os Relatórios Mensais de Atividades – RMA’s desses equipamentos sociais, entre janeiro de 2017 até junho de 2018, houve 13 inclusões de famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI.

Figura 06 – Dados RMA’s dos CREAS (janeiro/2017 até junho/2018)

CREAS	2017												2018					
	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.
Conj. Marcos Freire I - Complexo Taiçoca	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parque dos Faróis - Complexo Jardim	0	0	0	0	3	0	1	0	0	0	5	2	0	0	0	0	1	0
Total:	13																	

Fonte: Próprio autor.

Dentre esses 13 novos casos inseridos no PAEFI, todos são do sexo masculino, 08 com idades de 0 a 12 anos e 05 de 13 a 17 anos. Ressaltamos ainda que segundo informações prestadas pelos CREAS, há um total de 120 crianças ou adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil, conforme figura abaixo:

Figura 07 – Crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil (2018)

CREAS	Quantidade	Sexo		Idade	
		Masc.	Fem.	0-12	13-17
Conj. Marcos Freire I - Complexo Taiçoca	94	85	9	41	45
Parque dos Faróis - Complexo Jardim	26	25	1	13	11
Total:	120	110	10	54	56

* Não constavam informações quanto a idade de 10 dos casos identificados.

Fonte: Próprio autor.

É possível observar que a maioria dos casos identificados corresponde à criança/adolescente do sexo masculino, com incidência pouco maior na faixa etária dos 13 aos 17 anos. O quantitativo elevado de meninos em situação de trabalho infantil e a identificação pouco expressiva da ocorrência de trabalho infantil com as meninas, pela Equipe de Abordagem Social, pode ser analisada sob a perspectiva do marcador social de gênero. Ou seja, o trabalho infantil entre o sexo feminino é mais freqüente no ambiente doméstico e familiar, sendo a invisibilidade uma de suas principais características, o que dificulta a sua identificação e fiscalização pelos profissionais da rede, aspecto inverso do que ocorre com a exploração da mão de obra infantil do sexo masculino, que geralmente ocorre no espaço público da própria comunidade. Entretanto, em ambos os casos o fator cultural de naturalização é preponderante para a continuidade desse tipo de violação de direito da população infanto-juvenil.

3.2.2. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV

O SCFV integra a Proteção Social Básica do SUAS, sendo ofertado complementarmente ao trabalho social com famílias através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF, no CRAS e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – PAEFI, no CREAS. Os atendimentos são realizados em grupos, através de atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, levando em consideração ainda a faixa etária do público atendido.

Quanto às unidades de atendimentos, o SCFV em Nossa Senhora do Socorro é ofertado nos 04 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS ou na Tenda Cultural. Podendo participar crianças, jovens e adultos; pessoas com deficiência; pessoas que sofreram violência, jovens e crianças fora da escola, jovens que cumprem medidas socioeducativas, idosos sem amparo da família, da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de vítimas de trabalho infantil.

O fortalecimento das relações familiares e comunitárias, a promoção da integração e da troca de experiências entre os participantes, são objetivos deste serviço, que possui caráter preventivo. É importante destacar que os usuários são organizados em grupos, a partir de faixas etárias ou intergeracionais. A meta para o atendimento do SCFV no município é de 1.100 usuários, sendo reservado 50% das vagas para o público em situação prioritária, no entanto, de acordo com o último preenchimento do Censo SUAS o total de usuários ativos é de 1.316. Destes 479 estão em situação prioritária e dentro dessa quantidade há 34 em situação de trabalho infantil, distribuídos entre os CRAS, conforme tabela a seguir:

Figura 08 – Relatório quantitativo das situações prioritárias do SCFV

CRAS	QUANTIDADE – TRABALHO INFANTIL
Dr. Franklin de Oliveira Ribeiro	8
Maria José Reis de Oliveira Ribeiro	3
Zilda Arns	7
Professora Maria Luiza Dantas	16
Total	34

Fonte: Próprio Autor

Podemos perceber que o número de usuários ativos ultrapassa a capacidade do SCFV, entretanto os casos de trabalho infantil estão abaixo das situações identificadas pelos

equipamentos da rede socioassistencial. Em reunião da Comissão Intersetorial do PETI, foi exposta a dificuldade de adesão do público que está em situação de trabalho infantil aos serviços da política de assistência social, uma vez que não há como garantir a participação desses usuários, pelo fato de não ser atrativo e/ou lucrativo levando as crianças e adolescentes e/ou familiares a continuarem nesta prática.

3.2.3. CENTRAL DO CADASTRO ÚNICO DO MUNICÍPIO – CADÚNICO

A Central do CadÚnico está localizado no Conjunto João Alves e é mais uma das opções disponibilizadas pela SMAS aos munícipes de Nossa Senhora do Socorro. Nesse espaço os usuários podem ter acesso aos programas sociais do Governo Federal, desde que se encaixem nos critérios definidos por esse órgão. São exemplo desses programas o Bolsa Família, Tarifa Social de Energia, Minha Casa Minha Vida, Isenção para concurso públicos, Benefício de Prestação Continuada, dentre outros.

Referente ao cadastro único, após a integração do PETI ao Programa Bolsa Família todas as crianças e todos os adolescentes em situação de trabalho infantil foram inseridos no Cadastro Único, conforme Portaria GM/MDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005. Assim, no Sistema do Cadastro Único, a identificação do trabalho infantil passou a contar com campos específicos do Formulário, mais precisamente no Bloco 10, conforme figura abaixo:

Figura 09 – Marcação Cadastro Único Trabalho Infantil

6.11 Bloco 10 – Marcação Livre para o Município

O Bloco 10 – Marcação Livre para o Município permite ao Operador Municipal incluir as informações sobre trabalho infantil. Se o usuário marcar que SIM no campo 10.01, ele deverá obrigatoriamente indicar o nome da(s) criança(s) no campo 10.02.

Pessoa Selecionada		
Nome da pessoa	Estado Cadastral	Pendência
1 - ANTONIA BELTRAO	EXCLUÍDO	NÃO

10 - Marcação Livre para o Município			
10.01 - Há trabalho infantil na família?			
<input type="radio"/> 1 - Sim <input type="radio"/> 2 - Não			
10.02 - Identifique a(s) criança(s) envolvida(s) em trabalho infantil			
Nº de Ordem	NIS	Nome da criança	Trabalho Infantil

Fonte: MDS

Objetivando a construção do presente diagnóstico com o maior número de informações disponíveis, foi requerido a Coordenação do CadÚnico do município o total de famílias cadastradas que possuem a marcação já referida quanto a ocorrência do trabalho infantil entre seus membros. Foram obtidos os seguintes dados:

Figura 10 – Famílias com membros em situação de Trabalho Infantil

TRABALHO INFANTIL		
1	Jardim Piabeta	3
2	Conjunto Fernando Collor	1
3	Conjunto João Alves	19
4	Conjunto Marcos Freire II	12
5	Loteamento Neuzice Barreto	2
6	Parque dos Faróis	5
7	Loteamento Santa Cecília	1
8	Povoado Tabocas	1
9	Conjunto Jardim	2
10	Guajará	1
Total		47

Fonte: Central do CadÚnico.

Com base nas informações prestadas, é possível identificar que a maior incidência de situações de trabalho infantil ocorre nos Conjuntos João Alves e Marcos Freire II (Complexo Taiçoca) e no Parque dos Faróis (Complexo Jardim).

É perceptível um déficit entre as famílias que possuem membros em situação de trabalho infantil – identificadas pelas equipes de abordagem social dos CREAS – e as que têm as informações incluídas no Formulário do Cadastro Único.

3.2.4. CONSELHOS TUTELARES – CT

A população socorrensense é assistida por 04 Conselhos Tutelares e sua área de atuação é definida seguindo o critério da territorialidade, que de acordo com a Lei Ordinária nº 1.081/2015 são as seguintes:

- a) 1ª Microrregião: Sede; Porto Grande, Aratu, Estiva, Lavandeira, Calumbi, Lazareto, Bitá, Tabocas, Sobrado, Santa Cecília, Nossa Senhora de Fátima, Parque São José, Palmares, Nova Esperança, Oiteiros, Taiçoca de Dentro e outros povoados que surgirem nessa região;

b) 2ª Microrregião: João Alves Filho, Fernando Collor, Conjunto Maria do Carmo, Taiçoca de Fora, Areal da Mangabeira e adjacências;

c) 3ª Microrregião: Jardim I, II, III, Parque dos Faróis, Guajará, Pai André, Quissamã, Santo Inácio, São Benedito, Rosa de Maio e Povoado Cardoso;

c) 4ª Microrregião: Marcos Freire I, II e III, Albano Franco, Piabeta, São Bráz, Novo Horizonte e Adjacências.

Foi solicitado aos Conselhos Tutelares dessas microrregiões informações quanto às denúncias no que diz respeito à situação de trabalho infantil neste distrito, assim como os encaminhamentos realizados, uma vez que é definido em lei o registro dessas informações – dentre outras – quanto da ocorrência dos casos. Quanto ao retorno das solicitações, foram obtidos os seguintes dados:

Figura 11 – Identificação da ocorrência de Trabalho Infantil – Conselhos Tutelares

CONSELHO TUTELAR	Quantidade	Sexo		Idade	
		Masc.	Fem.	0-12	13-17
1ª Microrregião	0	0	0	0	0
2ª Microrregião	7	1	6	5	2
3ª Microrregião	0	0	0	0	0
4ª Microrregião	0	0	0	0	0
TOTAL:		7			

Fonte: Próprio Autor

Dos dados informados pelo Conselho Tutelar da 2ª Microrregião foi observado que a maior ocorrência do trabalho infantil é entre o sexo feminino na faixa etária de até 12 anos. Quanto à tipificação, há 04 em trabalhos realizados nas ruas (pedintes), 03 em trabalhos informais (02 em vendas de bebidas alcoólicas e 01 com reciclagem). Sendo que os encaminhamentos realizados consistiram em encaminhar ao Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e ao Ministério Público, houve casos ainda que a família mudou-se de endereço, impossibilitando o encaminhamento para a rede de proteção. Dentre as 07 situações identificadas, há 02 grupos de irmãos (01 com 02 membros e 01 com 04 integrantes).

Destaca-se que apenas o Conselho Tutelar da 2ª Microrregião retornou a solicitação feita pela equipe de elaboração do Diagnóstico Socioterritorial do Trabalho Infantil, sendo este um dos fatores limitantes quando ao dimensionamento das ocorrências de situações de trabalho infantil que existem no município.

3.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

Considerando que o contexto do trabalho infantil ocorre em ambientes desprotegidos e não previstos nas leis, há impactos diretos na educação, ao passo que a rotina de trabalho ocasiona a redução da frequência escolar podendo levar à exclusão definitiva dos sistemas de ensino.

Com essa perspectiva, a Secretaria Municipal de Educação é uma das integrantes da Comissão Intersetorial do PETI, somando esforços para erradicar o trabalho infantil no município, uma vez que as crianças e adolescentes que trabalham e estudam convivem diariamente com os educadores e esses podem contribuir na percepção da ocorrência do trabalho infantil entre seus alunos, tais como marcas físicas, psicológicas ou baixo rendimento escolar, ou seja, impactos diretos na aprendizagem desses sujeitos de direitos.

Para construção deste documento, foi solicitado a referida secretaria informações quanto à identificação de situações de trabalho infantil, seja através de sistemas ou fichas existentes nas diversas escolas da rede municipal de ensino, no entanto não houve retorno quanto a essa demanda.

3.4. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS

Para obter dados e indicadores sobre a identificação de situações de trabalho infantil registrados pelo sistema de atendimento da política de saúde no município, a equipe contatou a Secretaria de Saúde nas coordenações de Vigilância Epidemiológica e Atenção Básica. Entretanto, estas informaram que não há registros nos sistemas oficiais, mas indicaram que existe a dificuldade quanto à notificação pelos servidores desta política, muitas vezes em decorrência do fator cultural de naturalização do uso da mão de obra infantil introjetados também nos próprios profissionais, aliado ao fato de que as famílias que possuem crianças e adolescentes neste cenário muitas das vezes por ter ciência de que estão contrariando os dispositivos legais não se dirigem ao serviço de saúde mais próximo quando ocorrem acidentes de trabalho com esse público.

Os dados que a vigilância epidemiológica disponibilizou são referentes a acidentes por animais peçonhentos e acidentes de trabalho com exposição a material biológico, nos anos de 2017 e 2018, entretanto não há como identificar se tais acidentes por animais peçonhentos tenham relação com o trabalho infantil e nos casos de acidentes de trabalho não foi registrado casos de crianças ou adolescentes.

Diante desses relatos fica evidente a necessidade de estabelecimento de uma sistemática de qualificação dos profissionais da saúde para desconstruir a naturalização da prática do trabalho infantil visualizando-o enquanto violação de direito, a partir de então executar a sistematização das notificações e traçar estratégias para o seu enfrentamento junto às demais políticas setoriais no município.

3.5. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER, TURISMO E JUVENTUDE – SEMELT

Considerando o papel importante que essa secretaria possui para o município, solicitamos informações quanto à existência de programas e/ou projetos, com os respectivos critérios de seleção que são destinados a população infanto-juvenil desenvolvidos, que possam vir a somar na luta contra o combate do trabalho infantil.

Na ocasião foi exposto pelo secretário municipal que os projetos desenvolvidos atendem a faixa etária de 15 a 29 anos, ou seja, a população jovem conforme definição da Lei nº 12.852/2013, se comprometendo em enviar os dados solicitados a equipe responsável.

Não houve retorno até a data de conclusão deste documento.

3.6. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT

Na Secretaria de Cultura também foram solicitados dados sobre a execução de programas e/ou projetos culturais que possam servir de reforço na luta contra o trabalho infantil que está tão presente no município.

Ressalta-se que até a conclusão do presente diagnóstico não obtivemos os dados solicitados à referida secretaria.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A quantificação das ocorrências do trabalho infantil a nível municipal é um desafio a ser enfrentado pela gestão municipal e não pode se restringir à Secretaria Municipal de Assistência Social, uma vez que segundo Albuquerque (2014) “[...] o trabalho infantil é um fenômeno social diretamente relacionado com condições econômicas da família, estrutura produtiva e as questões de ordem cultural”, ou seja, o trabalho infantil é um fenômeno multidimensional, necessitando, portanto de abordagem integrada entre os diversos equipamentos das políticas setoriais existentes no município, uma vez que o aspecto cultural

que precisa ser modificado, pois naturaliza e até incentiva a utilização do trabalho infantil na sociedade, devido a toda a construção histórica e central que o trabalho e o uso da mão de obra infantil ocupam na formação sócio-histórica do povo brasileiro, e conseqüentemente entre os socorrenses.

Mesmo tendo por base os dados obtidos do Censo Demográfico do IBGE em 2010 e os microdados fornecidos pelos equipamentos da rede socioassistencial nos últimos meses, consideramos delicado extrapolar a abrangência das informações para o território de Nossa Senhora do Socorro, uma vez que a heterogeneidade é uma das principais características deste município. Informamos que as considerações que se seguem, diz respeito a análise das informações obtidas nos microdados da rede local – visto as ponderações quanto aos dados do Censo já terem sido realizadas no item respectivo – aliado a possíveis alternativas para o enfrentamento e erradicação do trabalho infantil.

Por oportuno, destacamos que embora ocorram as limitações sinalizadas anteriormente para a identificação dos principais focos ou locais onde as crianças e adolescentes estão vivenciando a prática do trabalho infantil, foi possível identificar:

- maior incidência e identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no Complexo Taiçoca, entretanto há baixa adesão dos usuários e respectivas famílias ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – PAEFI ofertado pelo CREAS do território.

- o CREAS do Complexo Jardim apresenta maior número de usuários que estão sendo acompanhados em decorrência da situação de trabalho infantil, mas o quantitativo de identificação ainda é superior ao número de adesão, aspecto semelhante em ambos os equipamentos.

- o principal foco de ocorrência do trabalho infantil, que foi identificado pelas equipes de abordagem social, são as feiras livres que ocorrem no município;

- pouca adesão desse público ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, ofertados pelos CRAS;

- baixo registro de famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no Cadastro Único;

- as informações repassadas pelo Conselho Tutelar identificam a maior ocorrência de trabalho infantil em ruas na condição de pedintes, demonstrando ainda o vínculo de parentesco existente entre os usuários envolvidos.

Quanto aos dados das outras políticas sociais, a secretaria de saúde do município informou sobre a dificuldade de registro dos dados quanto ao trabalho infantil, entretanto as coordenadoras contatadas mostraram-se dispostas a construir uma metodologia conjunta para o enfrentamento desse fenômeno, sendo suscitada a possibilidade de reunião e capacitação com os profissionais da atenção básica que estão no território cotidianamente.

Cabe informar ainda sobre dificuldade enfrentada para obtenção de dados referentes ao trabalho infantil nas outras políticas setoriais, embora tenha sido criada uma Comissão Intersetorial do PETI, não foi obtido sucesso em buscar informações para além da própria rede socioassistencial.

Diante de todas as situações expostas, ficou evidente que embora ocorra à identificação desse fenômeno pela rede socioassistencial, através de campanhas de divulgação dos efeitos danosos que trabalho infantil possui no desenvolvimento desses sujeitos de direito, sensibilização da população para não incentivo da utilização da mão de obra infantil e encaminhamentos desse público para os serviços e programas existentes na própria política de assistência social, infelizmente esses serviços não estão sendo atrativos para as crianças e adolescentes e suas famílias, sendo necessário encontrar mecanismos articuladores entre as diversas políticas sociais existentes, para que Nossa Senhora do Socorro ofereça alternativas concretas para enfrentar a ocorrência do trabalho infantil em seu território. Uma possibilidade é a busca de parceria entre as diversas empresas e indústrias existentes no município para oportunizar a inserção dos jovens no primeiro emprego – guardada as devidas restrições legais –, além da ampliação do acesso a cursos de capacitação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/nossa-senhora-do-socorro_se> Acesso em Agosto de 2018.

BASILIO, Ana Luiza. Como as escolas podem ajudar a erradicar o trabalho infantil?. Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/como-as-escolas-podem-ajudar-a-erradicar-o-trabalho-infantil/>>. Acesso em Agosto de 2018.

DATASUS. Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Brasil. 1991, 2000 e 2010. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>> Acesso em Agosto de 2018.

Diagnóstico Municipal de Trabalho Infantil em Nova Friburgo. Disponível em: <http://www.plan-eval.com/repositorio/arquivo/artigo/RelFinal_NovaFriburgo_0.pdf> Acesso em Agosto de 2018.

FERNANDES, Rosa M. C. e HELLMANN, Aline (org). Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-. Cidades. Disponível em<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/nossa-senhora-do-socorro/panorama>> Acesso em agosto de 2018.

IPEA - Instituto de Economia Econômica Aplicada. O que é? - Índice de Gini. Disponível em:http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid. Acesso em: agosto.2018

MEC. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://painel.mec.gov.br/>>. Acesso em agosto de 2018.

Natália Rocha Alves de Albuquerque. Aspectos do Trabalho Infantil no Brasil e sua Influência na Educação, 29 de set. 2014. Disponível em <<http://oabce.org.br/2014/09/aspectos-do-trabalho-infantil-no-brasil-e-sua-influencia-na-educacao/>>. Acesso em agosto de 2018.

SEPLAG- Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo de Sergipe. Superintendência de Estudos e Pesquisa. Observatório de Sergipe. Disponível em: <<http://www.observatorio.se.gov.br/geografia-e-cartografia/publicacoes-de-geografia-e-cartografia/sintese-dos-territorios-sergipanos>>. Acesso em agosto de 2018.